

Prioridade à estabilização

A demora na aprovação do Orçamento da União para 94 cria toda a sorte de transtornos. É um absurdo que, em meados de julho (mais da metade do exercício fiscal, portanto), o País não tenha um orçamento. O Congresso Nacional tem responsabilidade por isso, mas esta responsabilidade é menor do que supõem muitos, pois o projeto do Governo foi enviado e retirado do Legislativo e a versão final só começou a tramitar em maio. O caso é ilustrativo de como, à medida em que o setor público foi sendo gradualmente desarticulado, foram se criando mecanismos que, por um lado permitiam solucionar problemas imediatos mas, por outro, contribuíam para agravar a situação mais adiante.

A lógica da inflação elevada e constante penetrou de tal forma na cultura brasileira que praticamente se criaram mais mecanismos de convivência com ela do que de combate. A inflação, apesar dos mecanismos de convivência, chegou a um nível intolerável. Estabilizar a economia, nas circunstâncias brasileiras, supõe não apenas conter a alta dos preços artificialmente ou via instrumentos monetários, mas principalmente impor um severo controle sobre os gastos públicos, o que significa um orçamento equilibrado e sob controle. Foi essa engenharia que provocou a demora no envio do projeto de orçamento do Executivo ao Congresso.

O equilíbrio orçamentário é vital para a estabilização econômica. Isso implica conter a dívida pública sem recorrer — como acreditam possível os ingênuos — a um calote da dívida já contratada. A tarefa é dificultada pela necessidade de uma política monetária restritiva, ao menos nos momentos iniciais do plano a fim de evitar que a especulação com estoques e a tendência de aumento da demanda provoquem o retorno da alta de preços. Ao agir nesse sentido, o Governo recorre à política de juros elevados, o que faz aumentar a dívida pública, pressionando o orçamento. Como a dívida extra contraída dessa forma não pode ser coberta com a

emissão de moeda ou de novos títulos, pois isso anularia todo o esforço de estabilização, os recursos necessários ao seu financiamento precisam ser transferidos de outras rubricas do mesmo orçamento.

Para cobrir uma parte do déficit que previsivelmente ocorreria neste ano, o Governo tratou de elevar suas receitas justificando a medida como a forma de obter os recursos que constituiriam o Fundo Social de Emergência, que, por sua vez, seria aplicado nas ações na área de Saúde, Educação, etc, repondo o que seria normalmente destinado a este setor, mas teve que ser alocado ao esforço de estabilização. É nesse momento que surge uma nova complicação que tende a se politizar.

Ao que tudo indica, o Governo usou parte dos recursos do fundo para despesas administrativas fora da área social. As justificativas para a medida variam. Alguns técnicos afirmam que isso foi necessário porque há estrangulamentos na administração pública pela falta de aprovação do orçamento. Outros dizem que o fundo, na verdade, é um fundo de estabilização cujos recursos devem ser usados onde for necessário, evitando-se a abertura de créditos extraordinários que acabariam desequilibrando o orçamento.

É possível que os críticos, em particular os parlamentares que mais se empenham pela obtenção de recursos para a área social, tenham razão quando denunciam que, ao aprovar a constituição do fundo, o Congresso o fez vinculando os recursos a ações nos setores de Saúde, Educação, etc. Mas também é certo que é crucial manter o orçamento equilibrado e que o fundo faz parte do esforço de estabilização. Não se trata de negar a urgência de se enfrentar os problemas sociais, mas a verdade é que, com uma economia desajustada como a brasileira, os problemas sociais jamais serão resolvidos; pelo contrário, tendem a se agravar.